



As Políticas Territoriais Amazônicas de Neli Aparecida de Mello-Théry

Neli Aparecida de Mello-Théry Amazon Territorial Policies

Políticas Territoriales en Amazonia de Neli Aparecida de Mello-Théry

*Les politiques territoriales amazoniennes de
Neli Aparecida de Mello-Théry*

Paulo Roberto Cunha¹

¹ Graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil. Mestre e doutor em Ciências Ambientais pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: paulorobertocunha@alumni.usp.br

Resumo Este trabalho homenageia a Professora Doutora Neli Aparecida de Mello-Théry, analisando uma de suas principais obras, o livro “Políticas Territoriais na Amazônia”, lançado em 2006, fruto de sua tese de doutorado.

Mots-Clés: Neli Aparecida de Mello-Théry; Amazônia; Políticas Territoriais; Meio Ambiente; Gestão Ambiental.

Abstract I This work pays tribute to Professor Neli Aparecida de Mello-Théry, by analyzing one of her main works, the book “Políticas Territoriais na Amazônia”, released in 2006 as result of her doctoral thesis.

Keywords: Heritage Science; Conservation Scientist; Field; Laboratory; Conservation Territory; Environmental Management..

Resumen Este trabajo homenajea la profesora Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry, analizando una de sus principales obras, el libro "Políticas Territoriales en Amazonia", publicado en 2006, fruto de su tesis de doctorado.

Palavras-Chave: Neli Aparecida de Mello-Théry; Amazonia; Políticas Territoriales; Medio Ambiente; Gestión Ambiental.

Resumé Ce travail rend hommage à la Professeure Neli Aparecida de Mello-Théry, en analysant un de ses principaux ouvrages, le livre "Politiques territoriales en Amazonie", sorti en 2006, fruit de sa thèse de doctorat.

Mots-Clés: Neli Aparecida de Mello-Théry; Amazonie; Politiques Territoriales; Environnement; Gestion Environnementale.

Introdução

A Amazônia tinha um lugar especial no coração e nos estudos da geógrafa franco-brasileira Neli Aparecida de Mello-Théry, tanto que ela se tornou das maiores especialistas na região no que se refere às políticas públicas ambientais e territoriais.

O convite participar dessa coletânea surgiu no momento em que eu tenho revisado a minha tese de doutorado (Cunha, 2019), que foi por ela orientada. Foi no contexto desse processo de revisão, que eu reli uma das principais obras da Profa. Neli, o livro “Políticas Territoriais na Amazônia”, publicado em 2006.

Assim, este artigo, elaborado em homenagem à minha saudosa e querida orientadora. Compartilha algumas passagens desse livro que, de alguma forma, me levam a recordar da Profa. Neli enquanto pesquisadora. Isso é feito ao longo da seção 2.

Antes disso, na seção 1, o trabalho conta um pouco da minha história com a Profa. Neli, mostrando que ela conciliava, com naturalidade e maestria, o profissionalismo e o rigor que são exigidos no ambiente universitário, com carinho, intuição, generosidade e acolhimento. Essas qualidades a tornavam uma pessoa muito especial, atenciosa e empática com amigos, colegas e alunos.

Nas considerações finais, reflito sobre a necessidade de se apegar às análises e às críticas que a Profa. Neli fez em toda sua carreira para entender e combater os tempos atuais de retrocessos ambientais, avanço no desmatamento da Amazônia e a política do “passar a boiada” proposta pelo Ministério do Meio Ambiente.

1. A Professora Neli e Eu: a parceira profissional e a amizade

Conheci a Profa. Neli Aparecida de Mello-Théry no início do segundo semestre de 2008, quando ela me recebeu no Laboratório de Geografia Política da Universidade de São Paulo (GEOPO-USP), no campus do Butantã, na capital paulista.

Eu almejava cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) e desejava ser orientado pela Profa. Neli. Naquela época, eu estava muito afastado do mundo acadêmico e por isso senti uma insegurança quando a vi pela primeira vez.

A professora me recebeu bem e estranhou o meu traje excessivamente formal: o habitual terno e gravata que eu usava no exercício da minha profissão de advogado. Ela leu com atenção o meu pré-projeto, fez correções e sugestões da maneira que lhe era peculiar - com a sabedoria e sem rodeios - e aconselhou que eu me submetesse ao processo seletivo do mestrado já no final daquele ano.

Na seleção, o meu projeto de pesquisa foi rejeitado pela banca, porque ainda tinha problemas. Mesmo assim, a Profa. Neli continuou apoiando o meu sonho de cursar o mestrado no PROCAM e sugeriu que eu usasse o ano de 2009 para frequentar disciplinas como aluno especial e participar de alguns eventos acadêmicos, para aprimorar o meu projeto.

Segui à risca as orientações da professora e, no final de 2009, tentei novamente o processo seletivo do PROCAM, dessa vez com uma proposta de estudar as mudanças do Código Florestal, com foco em um dos seus instrumentos, a compensação de reserva legal. Fui aprovado em segundo lugar, o que me rendeu uma bolsa de estudos da CAPES.

A partir daí, vivi uma parceria incrível e intensa com a Profa. Neli, que envolveu inúmeras atividades, como: atuação em grupos de estudos e em projetos de pesquisas, palestras em eventos por ela organizados, colaborações nas suas aulas de graduação, publicação de artigos, isso sem falar nas inúmeras reuniões, cafés, almoços e bate-papos. Cada momento era um aprendizado muito rico e significativo. Ela me apresentava à professores e pesquisadores, me recomendava leituras e me indicou diversos gestores públicos na área ambiental para a realização de entrevistas, visando a coleta de dados para a minha pesquisa. Enfim, a professora foi decisiva para o sucesso da minha dissertação de mestrado e também para a publicação desse trabalho em formato de livro².

Depois, veio o doutorado e o desejo de estudar Amazônia, claro que influenciado pelas pesquisas que a minha orientadora fazia naquela região. Ela ficou muito interessada quando eu disse que eu queria entender os processos políticos que culminaram na elaboração da polêmica Política de Regularização Fundiária da Amazônia, conhecida como Programa Terra Legal, que havia sido apelidada de “Lei da Grilagem”.

A parceria, que naquela altura já havia se transformado em amizade, se intensificou ainda mais e a Profa. Neli me levou à Amazônia, como membro da equipe de um projeto de pesquisa destinado a estudar a Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, no Estado do Pará. Foram 15 dias de um vigoroso trabalho de campo, onde eu recebi um aprendizado riquíssimo, tanto por parte da minha orientadora, como também do seu marido, o geógrafo francês Hervé Théry.

² Trata-se da dissertação “O Código Florestal e os processos de formulação do mecanismo de compensação de reserva legal (1996-2012): ambiente político e política ambiental” – defendida em 2013, no PROCAM/USP. E do livro “Código Florestal e Compensação de Reserva Legal: ambiente político e política ambiental”, lançado pela editora Annablume em 2016, com financiamento da FAPESP.

Figura 1: De esquerda à direita: Eu, Profa. Neli e sua aluna de doutorado Luciana Riça Mourão Borges, em campo no Pará (julho/2014).



Foto: autoria desconhecida

Figura 2: Entrevista com os moradores da APA do Igarapé Gelado, Pará (julho/2014).



Foto: Hervé Théry

Figura 3: Eu a Profa. Neli, na minha qualificação de doutorado (julho/2016)



Foto: autoria desconhecida

Durante o doutorado, eu disse para a professora: “eu quero ir para a França”. Ela sorriu, respondeu “Voilà!” e começou a me apresentar várias possibilidades. Não demorou muito e eu estava na charmosa cidade de Montpellier, no sul da França, trabalhando no Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), junto com o Prof. Gilles Massardier, um especialista em políticas públicas. Foram 4 meses de um maravilhoso doutorado sanduíche, que só aconteceu porque a Profa. Neli sempre buscava oportunidades para os seus orientandos.

Certa vez, já como um aluno bem adaptado às rotinas acadêmicas, resgatei com a Profa. Neli aquele nosso primeiro encontro no GEPO-USP e fiz a seguinte pergunta: “professora, por que a senhora me acolheu como seu aluno? Afinal, o pré-projeto que eu havia te apresentado não estava bom e eu não tinha perfil acadêmico”. Serenamente, a professora me respondeu: “Paulo, às vezes a gente precisa ouvir a nossa intuição... eu senti que você poderia crescer e por isso eu te aceitei”. Nesse dia, aprendi mais uma lição, tão valiosa que tenho usado na minha atual carreira de docente: ouvir a intuição e dar oportunidades.

Em março de 2019, veio o susto: a Profa. Neli, que estava na França, me informou que seria submetida a uma cirurgia urgente e não poderia retornar ao Brasil para a minha defesa de doutorado. Ela garantiu, porém, que se faria presente por videoconferência, caso a recuperação fosse dentro do esperado.

No dia 2 de abril de 2019, data da minha defesa de doutorado, a Profa. Neli, recém operada, confirmou a promessa e apareceu por vídeoconferência. Antes da minha apresentação, ela pediu a

palavra, expressou alguns sentimentos e me elogiou. Foi um momento muito emocionante e inesquecível, tanto que não consegui segurar as lágrimas.

Ela acompanhou atentamente a minha apresentação e boa parte da arguição da banca. No dia seguinte, recebi uma mensagem extensa onde ela avaliava os pontos positivos e negativos do meu desempenho. Realmente a professora era incansável, forte, profissional e muito companheira; ela não hesitava em usar o seu tempo para me avaliar e mostrar caminhos de aperfeiçoamento.

Depois do doutorado, a nossa parceria e amizade continuou: conversávamos sobre os retrocessos na política ambiental, sobre o aumento do desmatamento na Amazônia e sobre novos projetos, dentre os quais um pós-doutorado. Escrevemos um artigo, ainda não publicado, em conjunto com a Profa. Marta Maria Assumpção Rodrigues, que foi a minha co-orientadora no doutorado (Cunha e cols., no prelo). Ela me convidou para participar em um evento no Instituto de Estudos Avançados (IEA), da USP, que culminou na publicação de dois artigos. Além disso, ela me enviava oportunidades de concursos, pós-doutorados e leituras.

Trocamos a última mensagem no dia 31 de março de 2021, quando eu sugeri que propuséssemos ao X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), que se realizaria meses depois, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre temas amazônicos. Ela se interessou, mas disse ficaria na “retaguarda” porque estava novamente hospitalizada. Algumas horas, ela voltou a me escrever: “E, esqueci de dizer que seria muito bom para seu Lattes”.

Essas foram as últimas palavras que eu recebi da Profa. Neli, uma docente incrível, uma intelectual notável, uma verdadeira amiga e sábia conselheira. Ela era exemplo de força interminável, mesmo diante das dificuldades da vida, afinal é admirável que, mesmo internada, ela tenha se preocupado em responder a minha mensagem, apoiar a minha ideia e me indicar caminhos com a mesma atenção de sempre.

O “GT 03 - Amazônia no século XXI: 20 anos de avanços e retrocessos nas políticas socioambientais” aconteceu nos dias 6 e 7 de outubro de 2021, como uma das atividades X Encontro Nacional da Anppas, tal como queria a Profa. Neli. Foi muito bom encontrar e conhecer, dentre os coordenadores e autores/autoras de artigos, pessoas que haviam trabalhado com a Profa. Neli. É uma alegria testemunhar que o seu legado de pesquisas e reflexões sobre Amazônia vem sendo estudado intensamente por vários pesquisadores.

2. A Professora Neli e seu Livro ‘Políticas Territoriais na Amazônia’

A Profa. Neli foi uma pesquisadora dedicada e incansável de temas ligados às políticas públicas ambientais e à geografia, sendo autora de diversos artigos científicos e livros, dentre os quais destaco a obra *“Políticas Territoriais na Amazônia”*, publicado em 2006, pela editora Annablume, fruto da sua tese de doutorado, conforme mostra a Figura 4:

Figura 4: Capa do livro “Políticas Territoriais na Amazônia”

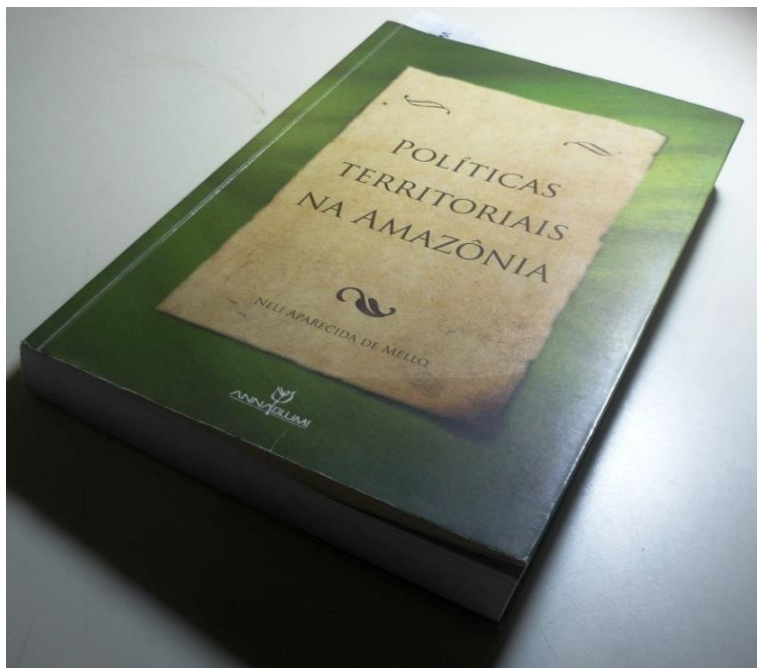


Foto: autoria própria.

Não tenho espaço para refletir sobre todos os pontos que considero mais relevantes nessa obra, até porque eu lembro muito bem como a professora “pegava no meu pé” em relação aos meus textos excessivamente longos. “Precisa cortar, Paulo! Precisa cortar!”, quantas vezes eu ouvi essa frase...

Assim, compartilho nas próximas subseções algumas passagens desse livro que me fazem lembrar da Profa. Neli enquanto pesquisadora, justamente por serem temas, dentro desse universo que é a Amazônia, que mais conversávamos.

2.1. Dedicatória aos Pais, Messias e Anália: as raízes da pessoa e da pesquisadora

O primeiro aspecto do livro que me chama atenção é a dedicatória: “Aos meus pais, Messias e Anália” (Mello, 2006, dedicatória).

Da mãe, a Profa. Neli ressalta que recebeu “o aprendizado da luta para vencer os obstáculos” e “a vontade contante de compreender e de desvendar nossa complexa realidade” (Mello, 2006, dedicatória). De fato, essas qualidades eram visíveis na personalidade da minha orientadora, uma mulher lutadora e vencedora, uma pesquisadora dedicada e obstinada pelo conhecimento.

A dedicatória prossegue e a Profa. Neli salienta que recebeu do pai “as primeiras impressões sobre a Amazônia” (Mello, 2006, dedicatória). Isso porque, o Sr. Messias Lopes de Mello, um pequeno pecuarista, obteve do INCRA, em 1976, um lote de terras no km. 27 da então recém-construída Rodovia Transamazônica, na região de Altamira e Marabá. Ele teve que abrir uma trilha na mata para alcançar o seu lote e se tornou um dos pioneiros daquele processo histórico de colonização da Amazônia.

Para ganhar a vida no norte do país, o Sr. Messias foi obrigado a passar algum tempo longe da família e, por conta disso, a primeira impressão que a então jovem Neli tem sobre a Amazônia é negativa, porque era a região que levou o pai para longe. Por outro lado, é justamente a experiência pioneira do seu pai que a estimula a estudar a região:

Pioneiros: expectativas e sonhos

Milhares de brasileiros construíram sua história avançando para locais ermos e desconhecidos, às vezes recuando, quando as doenças e as dificuldades impostas pelo novo ambiente quebravam suas resistências, porém na maior parte dos casos resistindo.

Não tive acesso a cada uma das histórias de vida dos pioneiros, mas pude analisar muitas delas, mantendo o devido recuo científico. Uma única, particular, acompanhada dia a dia, ano a ano, incitou-me à descoberta daquele mundo em constante movimento. A história deste pioneiro [Sr. Messias de Mello] – pequeno colono e pecuarista – pode sintetizar a de inúmeros outros migrantes: as condições do “sertão”, o início da construção das estradas, as práticas dos sistemas de comercialização, o começo dos negócios, a chegada do governo militar e a marcha para a Amazônia. (Mello, 2006: 56).

O livro apresenta no Anexo 1 um relato muito rico da história do Sr. Messias, escrito por ele próprio (Mello, 2006, p. 393-400), no contexto da aventura amazônica dos anos 1970 e 1980, que resultaram em transformações profundas no espaço daquela região. Com mapas e outros detalhes, esse mesmo texto foi publicado no número 24, da Revista Confins (Mello, 2015).

Se, do pai, a jovem Neli recebeu a visão da floresta que precisava ser vencida, ela passou a olhar a Amazônia sob outra perspectiva quando, no ano de 1985, se mudou para Brasília (DF), para trabalhar na então Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Já era a visão da gestora, da técnica que trabalhava com planejamento e análise de políticas públicas e que, aos poucos, vai percebendo a inadequação de se levar colonos para a Amazônia, porque eles não melhoravam suas vidas.

2.2. Um Resgate Histórico para Entender a Amazônia atual

O livro traz um balanço meticuloso e crítico sobre as políticas públicas territoriais e ambientais relacionadas ao processo de integração da Amazônia brasileira ao restante do país e as consequentes transformações ocorridas na região, tudo baseado em uma vasta revisão bibliográfica interdisciplinar.

Além do resgate histórico da atuação do Estado brasileiro, que é usado como pano de fundo, a obra percorre uma infinidade de temas, relacionando-os mutuamente, como os planos nacionais de desenvolvimento, as rodovias qualificadas como “zonas de ‘conflitos de terra’” (Mello, 2006: 31), o

Estatuto da Terra, a grilagem de terras públicas, o projeto Carajás e a Serra Pelada, a SEMA, as terras indígenas e as unidades de conservação, o Programa Nossa Natureza, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), o Programa Piloto para as Florestas Tropicais (PPG7), a evolução internacional do debate ambientalista sobre a Amazônia, a Constituição de 1988, a Rio-92, o Zoneamento Ecológico-Econômico e muito mais.

A primeira parte do livro analisa as políticas territoriais na frente pioneira Amazônica e aquelas de cunho ambiental. Nesse aspecto, como a carreira científica da Profa. Neli também se concentrou no fortalecimento da cooperação franco-brasileira, ela recupera as visões de geógrafos franceses sobre os fenômenos das frentes pioneiras, como Pierre Monbeig, Hervé Théry, Michel Foucher, Martine Droulers, Ignacy Sachs, sem esquecer de outros autores europeus consagrados, como o alemão Gerd Kohlhepp.

A segunda parte da obra tem como título uma pergunta: “Mudanças pós-Rio, sonho ou realidade?” e isso me fez rememorar como a Prof. Neli gostava de inserir perguntas nos seus textos para que interromper o estudo do leitor e convidá-lo a uma reflexão.

Nessa parte, mais precisamente no final do Capítulo 3, ao analisar o processo de revisão do PPG7, seus subprogramas e projetos, ocorrido no final dos anos 1990 no contexto da redução do papel do Estado, a autora indaga criticamente:

Será que estas novas orientações flexibilizarão o Programa, ou, ao contrário, limitarão a questão ambiental enclausurada no Ministério do Meio Ambiente? Esta questão reforça a hipótese de que o termo desenvolvimento sustentável tornou-se vazio, desprovido de seu real significado, e, portanto, poderá ser uma questão reduzida a um ministério de pouca importância na estrutura de governo (Mello, 2006: 149).

Quando escreveu o seu livro, a Profa. Neli criticava a falta de relevância do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o esvaziamento o termo “desenvolvimento sustentável”. Em conversas mais recentes com a minha mestra, analisando o desastroso governo do presidente Jair Bolsonaro, comentávamos sobre a inexistência prática do MMA, que deixou de coordenar a política nacional ambiental e passou desestruturá-la.

De um ministério tradicionalmente pouco importante, como muito bem ressaltou a professora no livro ora analisado, a pasta ambiental na versão bolsonarista ganhou relevância na estrutura de governo, mas para uma finalidade contrária à qual foi originalmente concebida, ou seja, para “passar a boiada” e promover um indecoroso desmonte de políticas públicas ambientais, incluindo aquelas que objetivavam proteger e preservar a Floresta Amazônica. A Profa. Neli estava atenta a esse novo MMA.

A terceira parte do livro analisa as estratégias nacionais de inserção da Amazônia no mundo, trazendo, dentre outras questões, as novas alianças políticas e os novos atores no contexto da última década do século XX. Essa passagem traz à memória a propensão da Profa. Neli em analisar a atuação e os interesses de atores na elaboração e na implementação das políticas públicas ambientais e territoriais. Em vários trechos do seu livro, ela usa essa abordagem, tanto que logo na primeira página do Capítulo 1, ela define a Amazônia em consonância à essa perspectiva analítica:

Reconhece-se a Amazônia, hodiernamente, como um espaço que representa a simultaneidade de interesses nacionais e locais, regionais e globais. Um espaço

construído por populações diversas. Um espaço ao mesmo tempo causa e consequência dos paradoxos existentes em cada uma dessas escalas. As interpretações, necessariamente, transitam entre essas escalas (Mello, 2006: 23).

O livro conta ainda com um posfácio: “Uma nova política amazônica? Entre o “sustentável” de Fernando Henrique e o de Lula”. É interessante que a palavra sustentável está entre aspas e ela começa o texto cravando que “nenhuma das políticas públicas na Amazônia Legal deixou imune o meio ambiente” (Mello, 2006: 359). Nessa toada, ela analisa as políticas amazônicas desses dois governos, dando destaque para o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e alguns programas de infraestrutura.

Como uma geógrafa consagrada, a Profa. Neli se serve de mapas para ilustrar e aperfeiçoar a explicação dos fenômenos que analisa em seu livro, como, por exemplo, as frentes pioneiras mais antigas e as mais recentes, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), as redes viárias, as terras indígenas e densidade populacional, os dados de desmatamento etc.

Sobre esse aspecto, eu fui aprendendo que a minha orientadora também se expressava por mapas. Aos poucos, ela foi me ensinando essa e outras técnicas, como a construção de quadros e tabelas para expor dados, algo que não é comum na área jurídica, principalmente no âmbito profissional, de onde eu vinha.

2.3. Políticas Agrárias Comprometendo o Meio Ambiente na Amazônia

Outro destaque do livro está no Capítulo 8, que privilegia análises sobre os contrassensos entre conservação e ocupação, sustentabilidade e economia de mercado, presentes nos projetos nacionais de desenvolvimento da Amazônia entre 1970 e o final dos anos 1990 (Mello, 2006: 311).

Nesse cenário analítico, a autora destaca que um dos vetores fundamentais de reestruturação do território amazônico e de comprometimento ambiental, impulsionados por políticas governamentais, tem sido a incorporação de novas áreas pelas frentes pioneiras, inclusive por intermédio de políticas de assentamento agrário (Mello, 2006: 311 e 331-340). Esse aspecto me chama atenção porque, de certa forma, dialoga com a questão fundiária abordada na minha tese de doutorado (Cunha, 2019).

A política agrária sempre foi classificada pelo governo federal como “uma política social” e, portanto, sem muita preocupação a respeito das pressões causadas na conservação dos recursos naturais. Ademais, ela reproduz um antigo modelo de colonização que incorporava terras públicas em regiões pouco estruturadas, razão pela qual as áreas abertas na Amazônia para a implantação de projetos de assentamentos sempre provocaram perda da diversidade florestal (Mello, 2006: 331-348). Nas palavras da autora:

As configurações territoriais futuras do modelo amazônico estão, sem dúvida, estreitamente articuladas com as estratégias políticas definidas pelas três instituições: enquanto o Ibama interdita o desmatamento, o INCRA o incita e a SUDAM financia a pecuária, uma de suas causas. Como superar essas contradições? (Mello, 2006: 334).

Nesse sentido, o crescimento vertiginoso dos projetos de assentamento especialmente nos anos 1990, esteve associado ao aumento das queimadas em algumas regiões e às altas taxas de evasão (Mello, 2006: 331-348).

Essa discussão é complementada e atualizada em um recente trabalho que a professora publicou na Revista Geofronter, em coautoria com Hervé Théry e Alessandro Soares da Silva (Mello-Théry e cols., 2020), onde se evidencia que as políticas de reforma agrária dos séculos XX e XXI jamais alteraram a concentração fundiária existente no país, eis que foram utilizadas para este fim apenas as terras públicas arrecadadas pelo INCRA, principalmente na Amazônia, cortando a possibilidade de destinação dessas áreas para a conservação ambiental.

A esse contexto, soma-se ainda um processo continuado que vem desde os primeiros assentamentos de reforma agrária até a atualidade e que envolve as seguintes fases: planejamento do assentamento – localização – desmatamento – chegada de famílias – lotes parcialmente ocupados – venda de lotes – migração das famílias – concentração fundiária (Mello-Théry e cols., 2020: 6). Nas palavras dos autores:

A reforma agrária no Brasil produz resultados negativo e contrários o que se pode esperar: parcelamento – remembramento – concentração. E, repete o processo: ao invés de fixar o homem produtor no campo, destrói-se o ecossistema e induz-se o homem a voltar para a cidade. Concentra-se a propriedade no campo, aumenta a migração para a cidade e o resultado ambiental é o desmatamento e a destruição dos ecossistemas e biomas (Mello-Théry e cols., 2020: 6).

Em suma, o que a Profa. Neli nos ensina nesses dois trabalhos, um mais antigo e outro bastante atual, é que a política agrária na Amazônia vem contribuindo para perdas florestais ao mesmo tempo que não vem mantendo o homem no campo, diante do abandono e da venda dos lotes recebidos.

Esse processo de concentração fundiária na Amazônia vem ocorrendo não só pela venda irregular ou até mesmo legal dos lotes de assentamento de reforma agrária, mas também por intermédio da venda de áreas que são recebidas por intermédio do Programa Terra Legal, também conhecido por Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA), prevista na Lei Federal nº 11.952/2009, com analisado em Cunha (2019: 286).

Aliás, os processos políticos decisórios que culminaram na origem dessa controvertida política pública, que foi objeto da minha tese de doutorado (Cunha, 2019), é também analisado em um artigo ainda não publicado que eu escrevi em coautoria com a Profa. Neli e com a Profa. Marta Maria Assumpção Rodrigues, que fará parte de uma coletânea de teses e dissertações defendidas no PROCAM (Cunha e cols., no prelo). Será um dos últimos textos publicados pela professora...

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei, frutos do texto de uma medida provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro, que ampliam ainda mais essa privatização de terras disfarçada pelo discurso benevolente da regularização fundiária e que provoca ainda mais desmatamento e destinação de terras públicas para o mercado (Cunha, no prelo).

Vejo uma conexão importante entre esses dois temas que envolvem as terras públicas na Amazônia: de um lado, a política agrária, que é tratada pela Profa. Neli em dois trabalhos (Mello, 2006; Mello-Théry e cols., 2020) e a política de regularização fundiária, que eu venho trabalhando desde o meu doutorado. Ambos caminham juntos ampliando a concentração da

propriedade no campo e diminuindo a possibilidade de destinação de terras públicas para a conservação ambiental.

Com efeito, dilata-se os contrassensos entre conservação e ocupação, sustentabilidade e economia de mercado que a professora se refere no início do Capítulo 8, do seu livro.

Como se vê, existe muita coisa para se trabalhar a partir das pesquisas feitas pela Profa. Neli. Por outro lado, reconheço que não é fácil entender o mundo amazônico, suas políticas territoriais e seus reflexos na questão ambiental sem a presença da minha mestra.

É com essa tônica saudosista que inicio as considerações finais deste artigo.

Considerações finais

A Profa. Neli analisava o Estado em ação (ou em inação) na Amazônia, por intermédio da atuação dos seus governos.

Recordo-me como ela andava preocupada com os descaminhos escolhidos pelo governo Michel Temer e, especialmente, pelo desastroso governo Jair Bolsonaro que, com o avanço da sua “boiada”, tem destruído as políticas de proteção ambiental da Amazônia e fomentando incentivos à especulação imobiliária e à grilagem de terras na região.

Com efeito, o desmatamento na floresta amazônica acumulado nos meses de agosto de 2020 até junho de 2021 chegou a 8.381 km², o que corresponde a um aumento 51% em relação ao período anterior, isto é, de agosto de 2019 a junho de 2020, que somou 5.533 km² de devastação (Imazon, 2021).

São três anos de péssima gestão na área ambiental e de elevados índices de desmatamento mas, apesar da clareza e da notoriedade dos desses dados, o discurso do presidente da República na 76^a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2021, foi repleto de eufemismos e mentiras, chegando ao ponto dizer que houve redução no índice de desmatamento da Amazônia.

Nesse contexto obscuro, onde o negacionismo parte da maior autoridade do país e é bovinamente repetida pelos seus sequazes, a análise crítica que a Profa. Neli Aparecida de Mello-Théry fez em toda sua carreira é atual e imperativa.

Um dia, ela me disse: “Paulo, tudo isso vai passar e daí teremos muito trabalho para reconstruir tudo o que foi destruído”.

Mas é difícil imaginar a luta contra o desmonte e contra o negacionismo, bem como o esforço por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, especialmente na Amazônia, que inclui a perspectiva de futura reconstrução das instituições públicas de proteção ambiental, sem a Profa. Neli.

Por outro lado, ela deixou um rico legado: análises, livros, artigos, reflexões e, mais do tudo, material humano que é representado principalmente pelos seus alunos e alunas, que hoje são pesquisadores e pesquisadoras.

É certo que ainda temos muito a aprender com a nossa mestra e amiga, mas é certo que assimilamos os conhecimentos preciosos que ela nos transmitiu e nos tornamos críticos, analíticos e, sobretudo, fervorosos defensores da proteção ambiental para as presentes e futuras gerações.

A Profa. Neli vive dentro dos nossos corações. Que possamos cada vez mais estudar as suas pesquisas, para que estejamos prontos à reconstrução que se avizinha. Nesse sentido, o livro “Políticas Territoriais na Amazônia” é uma fonte a ser sempre consultada.

Referências Bibliográficas

- Cunha, Paulo Roberto. (2019). *A política pública de regularização fundiária da Amazônia (2009): agenda, alternativas, ambiente político e a controvertida 'fábula' do grilo*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, Acessado em 01 de outubro de 2021, de: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106132/tde-23072019-115018/pt-br.php>.
- Cunha, Paulo Roberto. (no prelo). Uma política pública de privatização e degradação da Amazônia disfarçada de regularização fundiária: uma análise sobre a evolução da Lei Federal nº 11.952/2009. *Confins*.
- Cunha, Paulo Roberto; Mello-Théry., Neli Aparecida de; Rodrigues, Marta Maria Assumpção. (no prelo). *A Política Pública de Regularização Fundiária da Amazônia (2009): agenda, alternativas e ambiente político*. Coletânea de teses e dissertações defendidas no PROCAM entre 2019 e 2020. São Paulo: IEE-USP/PROCAM-USP.
- Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). *Boletim SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento de junho de 2021*. Acessado em 03 de outubro de 2021, de: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/07/SADjunho2021.pdf>.
- Mello, Messias Lopes de. (2015). História de um pioneiro brasileiro. *Confins*, 24. Acessado em 15 de fevereiro de 2021, de: <http://journals.openedition.org/confins/10388>.
- Mello, Neli Aparecida de. (2006). *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume.
- Mello-Théry, Neli Aparecida de., Théry, Hervé., & Silva, Alessandro Soares da. (2020). Assentamentos “de reforma agrária”, aspectos geográficos, ambientais e sociais. *Geofronter*. Campo Grande: UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul) 6, 1-14. Acessado em 01 de outubro de 2021, de: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/4856>

Recebido em 02/10/2021.

Revisado em 14/02/2022.

Aceito 24/04/2022.